

AS PRIMEIRAS MULHERES ASPIRANTES SE FORMAM NA ESCOLA NAVAL: ADEUS MINHA ESCOLA QUERIDA!

Hercules Guimarães Honorato

Escola Superior de Guerra – E-mail: hghhhma@gmail.com

Resumo: A Escola Naval formou, em dezembro de 2017, a primeira turma de Aspirantes mulheres em seu curso de graduação. O objetivo deste estudo, portanto, foi identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras alunas em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento como mulheres e militares no decorrer dos quatro anos vividos na instituição. A abordagem desta investigação é de cunho qualitativo, tendo como metodologia um questionário com perguntas abertas e fechadas. Apesar de toda a dificuldade que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as pioneiras internalizaram valores como companheirismo, cordialidade e lealdade com seus pares. Ao final, ficou evidenciado nas respostas que elas estão preparadas para dar continuidade à carreira militar, mas com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a sua capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão um espaço maior no meio militar, independente do seu gênero.

Palavras-chave: Escola Naval; Ensino superior militar; Inclusão de gênero.

INTRODUÇÃO

“Adeus, minha Escola querida
Adeus, vou à Pátria servir;
Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus,
Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]”
(Letra e música do Aspirante Luiz F. de Magalhães)

A Marinha do Brasil (MB) foi a pioneira na admissão de mulheres em seus quadros em 1980, cujo objetivo principal era a necessidade de liberar o militar operativo para as "atividades relacionadas diretamente com a preparação e o emprego do Poder Naval" (Mendes, 2010, p.1). Ao longo dos anos, acompanhamos uma evolução com cessão de novas oportunidades no quadro do Corpo Feminino nas Forças Armadas brasileiras, que, seguindo a experiência positiva da Marinha, incorporam mulheres em suas fileiras: a Aeronáutica em 1982 e o Exército em 1992. Cada uma das forças militares foi ampliando o percentual feminino efetivo conforme suas necessidades e experiências com o trabalho durante esses mais de 30 anos.

Seguindo na vanguarda, a MB abrilhantou o contexto histórico da inclusão de gênero quando, em 2012, promoveu a Dr^a. Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de Contra-Almirante, sendo a primeira mulher a atingir o cargo de Oficial-General nas Forças Armadas brasileiras. Nesse caminho, podemos salientar que a construção da identidade do militar sempre esteve associada à figura do homem, seja na Marinha, no Exército ou na Força Aérea, o que se tornou, antropológica e socialmente, uma

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

construção histórica de conquistas vitoriosas e recuos sentidos, tendo um grande desafio, que era a entrada das mulheres em um mundo até então exclusivamente masculino.

Em 2014, a Escola Naval (EN) recebeu a primeira turma de Aspirantes¹ do sexo feminino em seu curso de graduação. Futuramente, atuarão na área de apoio e administração como Oficiais do Corpo de Intendentes da Marinha (CIM). As "pioneiras", como foram denominadas, significavam à época apenas 1,5% do total do corpo discente, um coletivo que desconhecia, como companheiros de farda, a figura feminina, e que, a partir daquele ano, estaria lado a lado nas atividades militares, acadêmicas e esportivas, nas formaturas, nas salas de aula, em síntese, no dia a dia da caserna, na parte alta da Ilha de Villegagnon, local reservado na histórica ilha apenas para o corpo de alunos.

Ao final do ano letivo de 2017, a EN possuía Aspirantes mulheres em todos os quatro anos da graduação, em um total de 46, sendo 12 no último ano, o foco de nosso estudo, 10 no terceiro, 11 no segundo e 13 no primeiro. Podemos verificar que nem todas conseguiram o sucesso de ultrapassar as barreiras de uma formação rígida acadêmica e de limites inerentes as atividades de educação física, visto que ingressam doze mulheres por ano, mas continuam com o sonho de saírem Oficiais da Marinha do Brasil, bacharéis em "Ciências Navais" com habilitação em Administração.

Assim exposto, o objetivo deste estudo foi identificar as dificuldades enfrentadas pelas primeiras Aspirantes em sua inclusão, sua integração e seu desenvolvimento no decorrer dos quatro anos vividos na EN. A questão que norteou este estudo foi: como se desenvolveram como militares e mulheres durante a graduação na EN em um espaço predominantemente masculino?

METODOLOGIA

A pesquisa, em relação ao seu aspecto de desenvolvimento no tempo, é longitudinal prospectiva, tendo seu início em 2014 quando as discentes começaram o seu curso de graduação, culminando em dezembro de 2017, quando elas completaram o seu ciclo acadêmico, ou seja, se formaram.

A abordagem desta investigação é de cunho qualitativo, com pesquisas documental e bibliográfica como técnicas exploratórias iniciais. A escolha da pesquisa qualitativa teve como escopo a ênfase na interpretação, "na compreensão das motivações, culturas, valores, ideologias, crenças e sentimentos que movem os sujeitos, que dão significado à realidade estudada e não aos fatos observáveis e passíveis de serem medidos estatisticamente"

¹ Aspirantes – como são nominados os alunos da graduação da Escola Naval brasileira.

(IVENICKI; CANEN, 2016, p.11). Conforme esses mesmos autores, a análise documental é um exemplo da metodologia qualitativa, onde o pesquisador mergulha sobre fontes escritas.

A metodologia principal foi um questionário auto-aplicado com perguntas abertas e fechadas para as doze Aspirantes, que segundo Gil (2009, p.121), tem o propósito de "obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado".

MARCO TEÓRICO

A sociedade humana depois que houve a mutação dos homínídeos para os seres humanos, passados cerca de 250 mil anos, era de caça e coleta, em que homens e mulheres dividiam o poder, eram um coletivo de iguais. Do ponto de vista do gênero existia igualdade, um poder partilhado, e que Saffioti (2000, p.20) argumenta que por intermédio de estudos históricos que havia, na sociedade de caça e coleta, uma divisão igualitária de tarefas entre os gêneros, "[...] a mulher provê no mínimo 60% das necessidades da comunidade; [...] Os homens caçam, mas a caça não é uma atividade cotidiana, é uma atividade que ocorre uma ou duas vezes por semana, ele provê cerca entre 30 a 40% da necessidades da comunidade."

O que importa é pensarmos que o poder entre homens e mulheres já foi igualmente dividido e que atualmente não o é, por questões da ordem da construção histórica da sociedade com conotações patriarcais a partir do ano 2500 a. C. (LERNER, 1990). O que se acredita, portanto, é que tanto os homens quanto as mulheres podem executar "diferentes tipos de trabalhos e serem iguais, como também podem desempenhar funções idênticas e serem desiguais. O problema não se refere tanto sobre quem faz o quê, mas quem define os papéis do outro e se, tanto homens quanto mulheres, têm escolha" (FARR; CHITIGA, 1991, apud MACÊDO; MACEDO, 2004, p.83).

"As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano" (BEAUVOIR, 1967, p.7). Poderíamos trazer e contextualizar esta frase de Simone de Beauvoir para os dias atuais, pois a luta pelo reconhecimento da mulher como força produtiva emancipada e participante ativa da sociedade contemporânea ainda é intensa, com ganhos reconhecidos e retrocessos sentidos.

O trabalho feminino teve o seu ponto de ruptura, no que tange ao reconhecimento da sociedade como força de trabalho, durante a Revolução Industrial. Os novos fatores introduzidos pela industrialização afetaram a força de trabalho de ambos os sexos. "A mulher, antes considerada mais fraca para o trabalho braçal,

poderia contar com instrumentos que fariam a produção depender menos de força física." (SOUTO MAIOR, 2008 apud TREVISIO, 2008, p.23). A busca pela igualdade de gênero no mercado de trabalho é alvo de discussões desde a inserção da mulher na esfera trabalhista, principalmente no que tange a assuntos em que sua colocação irá lhe exigir maiores condições físicas, como é o caso da carreira militar.

Toda essa evolução e os movimentos para equalização de oportunidades entre homens e mulheres não poderiam deixar o trabalho nas Forças Armadas fora deste processo, pois enquanto as mulheres estiverem excluídas deste círculo ainda restrito, a instituição não deverá desenvolver todo o seu potencial esperado pela sociedade. Em um estudo realizado pelo Instituto Igarapé², alguns mitos sobre a entrada de mulheres nas Forças Armadas do Brasil foram quebrados, como aquele que afirma que a presença de mulheres afeta a moral e a coesão das tropas, ao contrário, estudos demonstram que a integração

Como Força Armada brasileira, a Marinha destacou-se como pioneira ao admitir mulheres em seu quadro no ano de 1980, como já comentado na introdução. O quadro 1 apresenta a evolução da incorporação de mulheres militares explicitando as principais formas de ingresso do Corpo Feminino, que representaram marcos históricos e legais, e seus respectivos anos de admissão, bem como os quadros e corpos que foram constituindo ao longo de suas carreiras militares.

Quadro 1 – Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas

FORÇA	MARINHA	FORÇA AÉREA	EXÉRCITO
ANO DE ADMISSÃO	1980	1982	1992
QUADRO / CORPO	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva	Corpo Feminino da Reserva	Quadro Complementar de Oficiais
MARCO LEGAL	Lei nº 6.807, de 1980	Lei nº 6.924, de 1981	Lei nº 7.831, de 1989
ANO DE ADMISSÃO	2014	1995	2017
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Intendência	Cadetes da Academia da Força Aérea Intendência	Cadetes da Escola Prep. de Cadetes do Exército
MARCO LEGAL	Lei nº 12.704, de 2012	Aviso ministerial nº.006/GM3/024, de 1995	Lei nº 12.705, de 2012

² Situado na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. Disponível em: <<https://igarape.org.br/sobre/sobre-o-igarape/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

FORÇA	MARINHA	FORÇA AÉREA	EXÉRCITO
ANO DE ADMISSÃO	2019	2003	2018
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Armada e Fuzileiros Navais	Cadetes da Academia da Força Aérea Pilotos	Cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras
MARCO LEGAL	Memorando ET-2017/03-01142 de 10/04/17	Portaria nº 556T/GC3, de 2002	Lei nº 12.705, de 2012

Fonte: Ministério da Defesa.

Atualmente, as mulheres em formação superior militar participam das academias militares congêneres. A Aeronáutica foi a pioneira na inserção de mulheres nas suas fileiras da Academia da Força Aérea (AFA), admitindo, em 1995, para o Quadro de Intendentes, e oito anos depois, em 2003, também foi aberto a elas o Curso de Formação de Oficiais Aviadores. A Marinha foi a força sucessora, que incorporou em 2014 ao seu Corpo de Intendentes da Marinha da EN 12 mulheres. Por fim, quarenta jovens se apresentaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (ESPCEX), em Campinas/SP, porém, nem todos foram para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em 2018, mas sim 34 que poderão se incorporar ao quadro de Material Bélico ou ao serviço de Intendentes.

Com o advento da entrada das primeiras doze Aspirantes mulheres em 2014, a Escola Naval passou a contar com a presença de três Oficiais que foram nomeadas e designadas para enfrentarem esse novo desafio. A primeira a integrar essa equipe foi uma pedagoga e, posteriormente, uma intendente e uma psicóloga. O que também se tornou um fato precursor foram as presenças dessas mulheres militares compondo o quadro de Oficiais do Setor do Comandante do Corpo de Aspirantes (ComCA). Vale ressaltar ainda que essa quebra de paradigma foi importante para que se começasse a imbuir uma nova conduta aos Oficiais e Aspirantes que já pertenciam à Escola, fazendo com que todos, corpo docente e discente, se familiarizassem com a presença de companheiras femininas a partir daquele momento.

Foi no dia 12 de janeiro de 2014 que as pioneiras chegaram à Ilha de Villegagnon, para se apresentarem e iniciarem o período de adaptação, momento em que, pela primeira vez, haveria o contato entre homens e mulheres que estavam ali com o mesmo propósito, tornarem-se Aspirantes. O período em questão, é o momento em que ocorre a transição da vida civil para a vida militar, é a fase em que aprendem sobre as regras e os atributos basilares da formação militar-naval, a hierarquia e a disciplina.

No Estágio de Adaptação, segundo Honorato e Rabello (2014, p.11), “os novatos não têm tempo nem para pensar, com todos os momentos ocupados por algumas atividades, desde físicas, militares e até burocráticas”. Durante esse período, passaram por grandes incitações e mudanças relevantes para que pudessem começar a construir sua nova identidade, a de mulher militar em formação.

Ao passarem por essas semanas de árduo treinamento e aprendizado, puderam conquistar suas almeçadas platinas, símbolo do militar, e galgar ao posto de Aspirantes da Marinha. Porém, ainda era o começo de uma grande caminhada com muito óbices a serem vencidos. A integração entre os gêneros dentro da turma fora iniciada na adaptação; no entanto, ainda seria algo fomentado dentro do Corpo de Aspirantes por mais quatro anos. As pioneiras participam ativamente de vários setores da Instituição de ensino superior militar. No esporte, destacam-se por estarem frequentemente no pódio nas competições; no acadêmico, algumas compõem o quadro de monitoras de disciplinas; no setor sociocultural, fazem parte de alguns cargos da Sociedade Acadêmica Phoenix Naval (SAPN) e estarem sempre envolvidas na elaboração dos eventos; entre outras atividades. Ademais, é importante informar que 5 (cinco) delas participaram como adaptadoras, seja como auxiliares ou encarregadas, nos diversos setores da adaptação, em 2016 e 2017, onde conseguiram demonstrar liderança que possuem, transformando homens e mulheres civis em militares.

A Capitão de Corveta (IM) Geórgia Rita Macieira Ramos Nizer, uma das primeiras Oficiais que chegaram à EN para auxiliar na integração e desenvolvimento das Aspirantes, relatou que: *“As 12 Aspirantes, conseguiram durante esses anos angariar lugares que não imaginávamos, elas sem dúvidas ultrapassaram as expectativas que as depositamos. Mas, cabe a mim também salientar que ainda há inúmeros espaços na Escola Naval que próximas Aspirantes das turmas subsequentes podem conquistar, e mostrar cada vez mais a capacidade que a Mulher Militar tem de exercer as mesmas funções que os homens”*.

O ingresso da mulher na carreira militar, portanto, simboliza um grande avanço na busca pela igualdade de gênero, sendo então um “marco nacional, com importantes repercussões e reflexos, não apenas no âmbito das Forças Armadas, mas na sociedade brasileira de modo geral” (ANDRADA; PERES, 2012, p. 54), abrindo, desta maneira, novas expectativas profissionais para a esfera militar e evidenciando a grande importância da integração entre homens e mulheres.

RESULTADOS

Esta pesquisa teve como principal instrumento

de coleta de dados um questionário com perguntas abertas e fechadas às 12 Aspirantes pioneiras, com o objetivo de compreender da melhor maneira como foi o processo de integração entre os gêneros. Assim, este autor optou por elucidar somente algumas questões que focam diretamente no problema de estudo. A fim de preservar a identidade das respondentes quando suas respostas forem mencionadas, elas foram denominadas pelo código alfanumérico “Asp.1” a “Asp.12”, escolhidas aleatoriamente, sem levar em consideração sua classificação na turma.

Na pergunta que tratava de conhecer qual a grande dificuldade enfrentada durante os quatro anos de EN em relação à integração com os Aspirantes de gênero masculino da sua própria turma, a resposta foi unânime - a diferença imposta pela própria organização. As seguintes respostas podem ratificar: *“normas diferentes impostas, como não poder circular nos corredores dos camarotes e diferença nos serviços por sermos mulheres”* (Asp.12); *“das diferenças, principalmente nos primeiros anos, quando cursamos disciplinas distintas dos demais, ou pelo fato de termos deixado de cursar certos assuntos”* (Asp.4). Além disso, acrescentando a essa questão, a Asp.8 contribuiu com outro ponto de vista interessante: *“A desconfiança quanto à nossa competência e capacidade de cumprir todas as atividades necessárias aqui. Quebrar essa situação inicial demandou certo tempo e nos manteve 'distantes' da turma por um tempo”*.

Como as novas Aspirantes representam um ineditismo na formação superior militar na Marinha do Brasil, a presença delas no início incomodava sobremaneira os homens, pois acreditavam que elas possuíam privilégios: *“o fato de ‘levarmos vantagens’ se torna uma desculpa constante quando conquistamos algo por mérito e esforço próprio”* (Asp.4); *“ainda existem alguns que acham que somos muito privilegiadas”* (Asp.9).

Um ponto relevante levantado no desvelar da questão 2 foi o fato de que todas acreditam que esses inconvenientes ao longo do curso, apesar de não terem sido extintos, foram atenuados. A Asp.12 assevera que *“aos poucos conseguimos quebrar as barreiras iniciais e fazê-los entender que não queremos ser tratadas de forma diferente, mas nos misturar a eles”*, o que foi ratificado pela Asp.10, *“essa dificuldade persistiu, mas aos poucos foi diminuindo, devido ao tempo de convívio que fortaleceu os laços de fraternidade”*.

Uma pergunta avaliou como está sendo, hoje, a relação delas com o universo masculino, tanto com os Aspirantes quanto com os Oficiais na caserna, depois de quase quatro anos de relacionamento. Um revelaram estar tranquila, outras de muito profissionalismo, ou mesmo normal; *“a convivência se dá com muita fluidez se*

comparado ao início, vejo que somos mais, de certa forma, 'aceitas' e estamos melhor inseridas” (Asp.1). O que chamou a atenção, porém, foi a observação exposta no que se refere ao relacionamento com os Oficiais: *“alguns oficiais recém-embarcados na EN possuem uma dificuldade em lidar com a presença das Aspirantes femininas”* (Asp. 4). Assim sendo, observa-se que apresentam uma melhor relação com os que já estão em contato com elas durante um longo período, e acredita a Asp.9 que essa resistência ocorre devido à diferença de geração.

Por serem minoria, diversas vezes ficam em situação de destaque, sendo a todo instante vigiadas, fato este que levou a indagá-las sobre a possível existência da diferença no tratamento entre elas e os Aspirantes masculinos. A Asp.6 diz que *“é perceptível que o Oficial masculino muda de certa forma seu comportamento quando está falando com Aspirante do sexo feminino”*, já a Asp.7 revela que já ocorreram casos pontuais de discrepâncias no tratamento, mas que em geral é de modo análogo.

Após os quase quatro anos de ciclo escolar, essas pioneiras estão vivenciando seus últimos momentos na Ilha de Villegagnon, como Aspirantes. Então, surgiu uma inquietação em conhecer como elas pretendem lidar com o ambiente masculino das unidades militares para a qual forem designadas. Para isso, foram analisadas as respostas da pergunta que tratava sobre esse assunto e chegou-se à conclusão de que elas pretendem encarar com seriedade, profissionalismo e respeito, ou seja, da mesma forma que se comportaram na Escola Naval. Além disso, querem mostrar que possuem competência de realizar todas as atividades militares que antes eram designadas somente aos homens.

A última questão que será retratada nesta análise tem o intuito de saber quais serão os maiores desafios das futuras Tenentes Intendentes após sua graduação. A maioria posiciona a conciliação entre a família e o trabalho, mas houve também duas respostas que foram interessantes – a primeira é da Asp.6: *“manter o respeito pelo meu trabalho e profissão não por ser mulher, mas por dar o meu melhor e fazer tudo de forma correta”*; a segunda, da Asp.11, expõe que o maior desafio será *“lidar com os mais modernos, tendo em vista que a cultura do país ainda não se adaptou ao fato de ver mulher em posição de liderança”*.

CONCLUSÕES

Existe um aumento da participação das mulheres em diversas ocupações profissionais, até pouco tempo notadamente masculinas. A mudança estrutural nas relações entre gêneros evoluiu consideravelmente nos últimos anos e, como somos frutos de uma construção social histórica, uma vez abertas as oportunidades, as

mulheres estão demonstrando seu valor e sua capacidade de decisão e liderança.

A história das mulheres nas academias militares começou com a AFA, em 1996, e agora termina o ciclo de conquistas com a entrada de trinta e quatro jovens brasileiras na graduação do Exército. A mulher, independentemente do seu ambiente de trabalho, é um ser à procura de deixar de ser apenas o Outro, procurando ser realmente o Sujeito, ativo e igual em todos os aspectos e atividades de nossa vida em sociedade.

As instituições de formação superior militar desejam que as suas Cadetes/Aspirantes conheçam as representações sociais e militares, descubram sua vocação, apreendam o estilo de vida da tropa e os valores militares. Além disso, aspira-se a que se conscientizem sobre os comportamentos desejáveis que deverão seguir na profissão castrense, de dedicação à Força e à Pátria, sem se esquecerem de que são mulheres e cidadãs, integrantes ativas de uma sociedade que busca, em suas cores e ações, respaldo para um país forte e desenvolvido.

Tudo o que foi exposto em curtas pinceladas mostra o caminhar pela qual as pioneiras conseguiram se estabelecer no Corpo de Aspirantes, evidenciando que é possível fazer com êxito as mesmas atividades, antes executadas exclusivamente pelos Aspirantes masculinos. Enfatizamos que, apesar de toda a dificuldade e da luta que travaram diariamente para vencer as batalhas do cotidiano, as jovens militares têm uma carreira que enche de orgulho os seus corações, que amplia o patriotismo, que ensina respeito mútuo e à hierarquia, e em que valores como companheirismo, cordialidade, lealdade, amor à Pátria e aos Símbolos Nacionais serão sempre cultuados.

Ao final, o que ficou evidenciado nas respostas ao instrumento de coleta de dados foi que elas estão se preparando para dar continuidade à carreira militar, porém, com a certeza de que ainda há desafios pela frente e que, mostrando a capacidade intelectual, física e profissional que possuem, conquistarão cada vez mais um espaço maior no meio militar.

Ao chegarmos no final de 2017, ano de formatura da Turma "Alte Gastão Motta", um coletivo de 203 novos Guardas-Marinha, quando também as doze pioneiras receberam suas espadas, símbolo maior do militar oficial, podemos afirmar que este foi o reconhecimento da Marinha do Brasil por quatro anos dedicados a construção do ser marinha, independente do seu gênero. Assim, como bem escrito no hino da epígrafe introdutória, poderão cantar a plenos pulmões e com lágrimas nos olhos: *"Adeus, minha Escola querida, Adeus, vou à Pátria servir, Adeus, camaradas gentis, adeus, adeus, Adeus, eu vou partir, eu vou partir. [...]"*

REFERÊNCIAS

ANDRADA, S. A. de; PERES, H. M. **Mulheres a Bordo: 30 Anos de Mulher Militar na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Hmpres & Associados, 2012.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HONORATO, H. G.; RABELLO, D. de A. As Primeiras Aspirantes da Escola Naval: Inclusão, Trajetórias Iniciais e Boas-vindas às Novas “Sentinelas dos Mares”. **Revista de Villegagnon**, ano IX, n.9, p.6-15, 2014.

IVENICKI, A.; CANEN, A. **Metodologia da Pesquisa: rompendo fronteiras curriculares**. Rio de Janeiro, Ciência Moderna, 2016.

LERNER, G. **La criación del patriarcado**. Editorial Crítica, 1990.

MACÊDO, G. S.; MACEDO, K. B. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. **Revista Psicologia**, v.4, n.1, p.81-90, 2004. Recuperado em 02 de abril de 2015, de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v4n1/v4n1a04.pdf>

MENDES, L. C. K. B. **Subsídios sobre a presença da mulher na MB**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2010.

SAFFIOTI, H. O segundo sexo à luz das teorias feministas contemporâneas. In: MOTTA, A. B., SARDENBERG, C.; GOMES, M. (Org.). **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, parte I, p.15-39, 2000. (Coleção Bahianas; 5).

TREVISIO, M. A. M. A discriminação de gênero e a proteção à mulher. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho**, 3ª Região, Belo Horizonte, v.47, n.77, p.21-30, jan./jun. 2008.